

CONCURSO PÚBLICO NÍVEL SUPERIOR

128 – TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS / QUÍMICA TIPO A

Frase: **A felicidade está na jornada, não no destino.**

(Transcrever a frase acima para o cartão de respostas)



SUA PROVA

O candidato receberá do fiscal de sala:

- Este caderno de prova, contendo **65 (sessenta e cinco)** questões objetivas; e
- Um **Cartão de Respostas** destinado às respostas das questões objetivas.



TEMPO

- **4 (quatro) horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para a marcação no **Cartão de Respostas** da prova objetiva.
- Em hipótese alguma o candidato levará consigo o caderno de prova.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar;
- portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados;
- comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização da prova;
- lançar meios ilícitos para a realização da prova;
- deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação da prova, fornecido pelo **IDECAN**;
- usar sanitários após o término da prova, ao deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se o **CARGO** deste caderno de prova coincide com o registrado no cabeçalho de cada página e com o cargo para o qual você está inscrito. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o **Cartão de Respostas**.
- Identifique no **Cartão de Respostas** o **TIPO** de caderno de prova, a não identificação no **Cartão de Respostas**, pelo candidato, acarretará em nota final igual a **0,00 (zero)**.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição do **Cartão de Respostas** por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para o **Cartão de Respostas**, sendo este o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento do **Cartão de Respostas** será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no **Edital**, no **Caderno de Prova**, e no **Cartão de Respostas**.
- O **IDECAN** realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, devolver ao fiscal o **Caderno de Prova** e o **Cartão de Respostas** devidamente assinados, apenas, nos locais indicados.
- Durante a realização da prova, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os **3 (três) últimos** candidatos de cada sala só poderão sair juntos.
- O gabarito oficial preliminar da prova será divulgado na Internet, no endereço eletrônico www.idecan.org.br, juntamente com os Cadernos de Prova, conforme Edital.

PREENCHA MANUALMENTE:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO



CONHECIMENTOS COMUNS

Língua Portuguesa

- Texto para as questões de 1 a 10.

O QUE É A CULTURA WOKE? POR QUE GEROU UMA GUERRA CULTURAL?

Foi no início do século XXI que a cultura *woke* ganhou uma nova conotação que dura até os dias de hoje. Atualmente, a palavra *woke* se refere a narrativas e a linhas de pensamento, como pautas progressistas e relativistas.

Segundo o dicionário inglês de Cambridge, a palavra *woke*, em sua acepção moderna, significa: “*estar consciente sobre temas sociais e políticos, especialmente sobre o racismo*”.

O termo é comumente utilizado para se referir à inserção desse tipo de conteúdo em filmes, em séries e em outros meios de entretenimento, mas a expressão também é utilizada para se referir à esquerda política e a suas pautas sociais.

Em tradução literal, a palavra *woke* significa “acordado”. Ativistas políticos passaram a utilizar o verbo para designar aqueles que estão “acordados”, atentos a questões de justiça social.

Pensadores da linha da filosofia clássica, como o Bispo americano Robert Barron, afirmam que o termo *woke* é utilizado para se referir aos adeptos do relativismo moral e de outras políticas progressistas, como Karl Marx, Friedrich Nietzsche, Michel Foucault e Jean Paul Sartre. Todos defendiam o relativismo moral em algum grau.

A cultura *woke* afirma que o certo e o errado se tornam conceitos vagos que variam de pessoa para pessoa, de acordo com sua cultura e criação. Tudo se torna uma questão de ponto de vista e de circunstância. Esse princípio faz com que realidades universais e objetivas sejam descartadas. Na cultura *woke*, “é proibido proibir”.

Como consequência lógica desse tipo de pensamento, os arquétipos clássicos da cultura ocidental precisaram ser transformados. A cultura *woke* busca mudar o pressuposto de que há realidades naturais e objetivas, como família e liberdade de expressão.

Pensadores contrários à cultura *woke*, como Bispo Barron, afirmam que esse tipo de pensamento é o inverso da cultura ocidental. Para a filosofia clássica, especialmente para o pensamento aristotélico-tomista, o intelecto humano é capaz de analisar a realidade e de descobrir a essência das coisas e as leis universais de diversos tipos, como a gravidade, a inércia, e até mesmo os valores morais, como os princípios da justiça, da liberdade e da propriedade.

Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/o-que-e-a-cultura-woke>. Acesso em: 16.fev.2025. Adaptado.

1. “A cultura *woke* afirma que o **certo** e o **errado** se tornam conceitos vagos [...]”

No contexto discursivo apresentado, os termos demarcados anteriormente têm função de

- (A) artigos.
- (B) adjetivos.
- (C) advérbios.
- (D) pronomes.
- (E) substantivos.

2. “[...] os **arquétipos** clássicos da cultura ocidental precisaram ser transformados.”

Arquétipos é o mesmo que

- (A) lindes.
- (B) óbices.
- (C) pespegos.
- (D) estereótipos.
- (E) paradigmas.

3. Regência verbal é a relação entre o verbo e os seus possíveis complementos ou adjunções. Partindo desse pressuposto, analise o período a seguir, de modo a classificar a regência do verbo demarcado.

“Atualmente, a palavra *woke* **se refere** a narrativas e a linhas de pensamento, como pautas progressistas e relativistas.”

- (A) É transitivo direto, em que **a narrativas e a linhas de pensamento** são seus objetos diretos.
- (B) É intransitivo, em que os elementos pospostos ao verbo **referir-se** são apenas adjuntos adverbiais.
- (C) É transitivo indireto, em que **a narrativas e a linhas de pensamento** trata-se do seu objeto indireto.
- (D) É bitransitivo, em que **narrativas e linhas** são núcleos de seu objeto direto e **de pensamento** seu objeto indireto.
- (E) É bitransitivo, em que **a narrativas e a linhas de pensamento** é o primeiro objeto indireto; enquanto **como pautas progressistas e relativistas** seu segundo objeto indireto.

4. “**Segundo** o dicionário inglês de Cambridge, a palavra *woke*, em sua acepção moderna, significa: ‘*estar consciente sobre temas sociais e políticos, especialmente sobre o racismo*’.”

O termo destacado atribui ao texto uma progressão temática, primordialmente, por

- (A) elipse.
- (B) hiponímia.
- (C) hiperonímia.
- (D) coesão intraparagráfica.
- (E) coesão interparagráfica.

5. Atente-se à função dos termos enumerados no trecho entre aspas, para assinalar a alternativa correta dentre os itens a seguir.

“A cultura *woke* afirma **que**¹ o certo e o errado se tornam conceitos vagos **que**² variam de pessoa para pessoa”.

- (A) 1 introduz uma oração subordinada adverbial; enquanto 2, uma oração adjetiva.
- (B) 1 introduz uma oração subordinada adjetiva; enquanto 2, uma oração adverbial.
- (C) 1 introduz uma oração subordinada substantiva; enquanto 2, uma oração adjetiva.
- (D) 1 introduz uma oração subordinada adjetiva; enquanto 2, uma oração substantiva.
- (E) 1 introduz uma oração subordinada substantiva; enquanto 2, uma oração adverbial.

6. “[...] **há** realidades naturais e objetivas, como família e liberdade de expressão.”

Assim como em relação ao verbo ressaltado no excerto anterior, há respeito às regras da gramática normativa, em se tratando da concordância verbal, na alternativa

- (A) “[...] **havam** realidades naturais e objetivas [...]”
- (B) “[...] **haveriam** realidades naturais e objetivas [...]”
- (C) “[...] **houvera** realidades naturais e objetivas. [...]”
- (D) “[...] **existe** realidades naturais e objetivas. [...]”
- (E) “[...] **existira** realidades naturais e objetivas [...]”

7. “Esse princípio faz com que realidades universais e objetivas sejam **descartadas**.”

O processo de formação da palavra **descartadas** é alicerçado por

- (A) dois afixos.
- (B) dois temas.
- (C) duas raízes.
- (D) dois radicais.
- (E) duas vogais temáticas.

8. A passagem a seguir torna-se coerente em decorrência do processo de coesão sem nenhuma infração ao paralelismo sintático realçado no período.

“[...] o intelecto humano é capaz **de** analisar **a** realidade e **de** descobrir **a** essência das coisas e **as** leis universais de diversos tipos, como **a** gravidade, **a** inércia, e até mesmo **os** valores morais, como **os** princípios **da** justiça, **da** liberdade e **da** propriedade.”

Essa articulação coesiva é denominada de

- (A) sequencial frástica.
- (B) referencial anafórica.
- (C) referencial catafórica.
- (D) sequencial parafrástica.
- (E) referencial por uso de formas lexicais.

9. “Foi no início do século XXI que a cultura *woke* **ganhou** uma nova conotação.”

O tempo verbal ressaltado indica

- (A) uma ação que ocorreu antes do momento da fala.
- (B) uma ação que aconteceu antes de outra ação passada.
- (C) uma ação que ainda não aconteceu no momento da fala.
- (D) uma ação ocorrida no passado, mas que não foi completamente terminada.
- (E) uma ação que poderia ter acontecido posteriormente a uma situação no passado.

10. “[...] o intelecto humano é capaz **de**¹ analisar a realidade e de descobrir a essência das coisas e as leis universais **de**² diversos tipos.”

Em se tratando da função desempenhada pelas preposições em destaque, é correto afirmar que

- (A) em 1 é passiva; em 2, ativa.
- (B) em 1 é ativa; em 2, passiva.
- (C) em 1 e em 2, a função é ativa.
- (D) em 1 e em 2, a função é passiva.
- (E) em 1 e em 2, a função é ativa e passiva simultaneamente.

Raciocínio Lógico Matemático

11. No Natal de 2025, Pedro terá o triplo da idade de Ana. 5 anos depois, a diferença entre as idades deles será de 30 anos. Determine a idade de Ana no Natal de 2040.

- (A) 20 anos.
- (B) 25 anos.
- (C) 27 anos.
- (D) 30 anos.
- (E) 32 anos.

12. Um triângulo retângulo XYZ tem o ângulo reto em Y, com catetos $XY = 5$ cm e $YZ = 12$ cm. Uma reta paralela ao cateto YZ parte de um ponto W em XZ, dividindo-o na razão $XW:WZ = 3:2$, e intercepta XY no ponto V. Calcule o comprimento de WV.

- (A) 2,8 cm.
- (B) 3,6 cm.
- (C) 7,2 cm.
- (D) 8,6 cm.
- (E) 9,2 cm.

13. Em uma progressão aritmética, a soma dos primeiros 10 termos é 150, e a soma dos 10 termos seguintes é 550. Determine o primeiro termo da sequência.

- (A) -13.
- (B) -3.
- (C) 0.
- (D) 3.
- (E) 13.

14. Em uma sala de espera, há 6 cadeiras individuais numeradas de 1 a 6. Três pessoas entram na sala e precisam escolher seus lugares. Para garantir que haja algum espaço entre elas, qualquer pessoa que se sentar não pode ocupar uma cadeira ao lado de outra pessoa. Determine de quantas maneiras diferentes essas três pessoas podem se sentar nas cadeiras.

- (A) 20 maneiras.
- (B) 24 maneiras.
- (C) 28 maneiras.
- (D) 32 maneiras.
- (E) 36 maneiras.

15. Sejam os conjuntos $X = \{2, 4, 6, 8, 10, 12\}$, $Y = \{3, 6, 9, 12, 15\}$ e $Z = \{4, 6, 8, 10, 12, 14, 16\}$. Determine $(X \cup Y) - Z$.

- (A) $\{2, 3, 4, 6, 8, 9, 10, 12, 15\}$.
- (B) $\{2, 3, 9, 15\}$.
- (C) $\{6, 12\}$.
- (D) $\{2, 3, 4, 6, 8, 9, 10, 12, 14, 15, 16\}$.
- (E) $\{2, 4, 6, 8, 10, 12\}$.

Informática

16. Em um ambiente de trabalho que exige alta precisão e velocidade na entrada de dados, a escolha de periféricos adequados é essencial para garantir eficiência. Considerando as características e funções dos periféricos de um computador, identifique a alternativa correta.

- (A) Os *scanners* de mesa utilizam sensores piezoelétricos para capturar imagens, garantindo maior precisão em comparação com sensores ópticos.
- (B) O mouse óptico e o mouse laser utilizam tecnologias diferentes, sendo o primeiro baseado em LEDs para iluminar a superfície e o segundo em feixes de laser para maior precisão em diferentes superfícies.
- (C) As impressoras térmicas utilizam cartuchos de tinta à base de pigmento para garantir uma maior durabilidade das impressões em ambientes industriais.
- (D) Os teclados mecânicos possuem membranas de borracha que atenuam o impacto das teclas, proporcionando maior silêncio e conforto ao usuário.
- (E) Os monitores com tecnologia OLED oferecem maior taxa de contraste em comparação com LCDs tradicionais, pois cada pixel emite sua própria luz.

17. No Windows 11, a organização e manipulação de pastas são essenciais para o gerenciamento eficiente de arquivos. Com base nas funcionalidades do sistema operacional, assinale o item correto.

- (A) As pastas no Windows 11 são armazenadas apenas no diretório raiz do sistema operacional, sendo impossível criar subpastas.
- (B) No Windows 11, as pastas podem ser personalizadas com diferentes ícones e atributos, permitindo ao usuário diferenciar visualmente seu conteúdo.
- (C) Ao excluir uma pasta no Windows 11, os arquivos contidos nela são enviados para a Lixeira, exceto em casos como exclusão definitiva (Shift + Delete) ou quando removidos de um dispositivo externo.
- (D) As permissões de acesso a uma pasta no Windows 11 não podem ser alteradas pelos usuários, sendo definidas apenas pelo próprio sistema operacional.
- (E) O nome de uma pasta no Windows 11 pode conter qualquer caractere, incluindo aqueles reservados pelo sistema, como '/', '*' e '?', sem restrições.

18. Os dispositivos de armazenamento são essenciais para o desempenho e a integridade dos dados em sistemas computacionais modernos. Considerando as características e funcionamento desses dispositivos, assinale a alternativa correta.

- (A) O HDD (*Hard Disk Drive*) utiliza tecnologia de memória flash para armazenar dados de forma permanente, garantindo maior velocidade de acesso em comparação com SSDs.
- (B) Os SSDs (*Solid State Drives*) utilizam discos magnéticos rotativos para armazenar dados, resultando em um tempo de acesso mais lento do que os HDDs convencionais.
- (C) O armazenamento NVMe (*Non-Volatile Memory Express*) proporciona maior taxa de transferência de dados em comparação ao SATA, pois opera diretamente na interface PCIe.
- (D) Os dispositivos de armazenamento do tipo *Blu-ray* utilizam tecnologia de laser azul-violeta, permitindo maior capacidade de gravação em comparação aos DVDs.
- (E) Os cartões SD (*Secure Digital*) utilizam um sistema de gravação baseado em trilhas magnéticas, semelhante ao funcionamento dos discos rígidos tradicionais.

19. A navegação na Internet envolve diversos protocolos e mecanismos que garantem a comunicação entre usuários e servidores. No contexto da navegação em páginas web e considerando a estrutura da Internet, marque a alternativa correta.

- (A) O protocolo HTTP garante que todas as comunicações na web sejam criptografadas, protegendo os dados transmitidos entre o navegador e o servidor.
- (B) O DNS (*Domain Name System*) traduz endereços IP em URLs amigáveis para os usuários, facilitando a navegação na Internet.
- (C) O protocolo HTTPS utiliza criptografia TLS/SSL para proteger a comunicação entre clientes e servidores, garantindo maior segurança na navegação.
- (D) A navegação por meio do modo anônimo dos navegadores impede que os sites visitem, armazenem cookies ou rastreiem a atividade do usuário na Internet.
- (E) A conexão entre um navegador e um site na Internet é sempre direta, sem a necessidade de intermediários como proxies, servidores de cache ou CDNs.

20. A computação moderna é baseada em diversos conceitos fundamentais que garantem o funcionamento eficiente de hardware, software e redes. Considerando os princípios básicos da informática, identifique o item correto.

- (A) A unidade central de processamento (CPU) executa instruções armazenadas na memória principal, realizando operações aritméticas e lógicas de acordo com o conjunto de instruções do processador.
- (B) A memória RAM armazena dados de forma permanente, garantindo que os arquivos fiquem disponíveis mesmo após o desligamento do computador.
- (C) O sistema operacional atua exclusivamente como um gerenciador de arquivos e programas, sem interferir na alocação de recursos do hardware.
- (D) O barramento de dados de um computador tem a função exclusiva de fornecer energia elétrica aos componentes internos do sistema.
- (E) O protocolo TCP/IP é utilizado apenas para comunicação entre dispositivos móveis, não sendo aplicado em redes cabeadas.

Legislação

21. Regula a Constituição da República Federativa do Brasil que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Ainda, temos que o ensino será ministrado com base em determinados princípios, dentre os quais podemos destacar corretamente apenas o contido em:

- (A) Garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da primeira infância.
- (B) Gestão política do ensino público, na forma da lei.
- (C) Valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas.
- (D) Inexistência de padrão de qualidade.
- (E) Piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei municipal.

22. A partir das lições emanadas da CFEB/88 sobre Segurança Pública, podemos assinalar como correto apenas o inculcado em:

- (A) Às polícias penais incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.
- (B) As polícias militares e os corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva das Forças Armadas, subordinam-se, juntamente com as polícias civis e as polícias penais estaduais e distrital, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.
- (C) Os Municípios poderão constituir agências para funções de polícia marítima, lacustre, aeroportuária e de fronteiras.
- (D) Às Guardas Civis Municipais cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.
- (E) A segurança viária compreende a educação, engenharia e fiscalização de trânsito, além de outras atividades previstas em lei, que assegurem ao cidadão o direito à mobilidade urbana eficiente.

23. À luz da CRFB/88, compete privativamente à União legislar sobre

- (A) diretrizes e bases da educação nacional; dentre outras.
- (B) direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico; dentre outros.
- (C) florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição; dentre outros.
- (D) adequação ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano; dentre outros.
- (E) instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões; dentre outros.

24. Sabemos que a Lei Federal nº 11.091, de 12/01/2005, dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Dentre outras especificidades, temos a criação da Comissão Nacional de Supervisão do Plano de Carreira, vinculada ao Ministério da Educação, com a finalidade de acompanhar, assessorar e avaliar a implementação do Plano de Carreira, cabendo-lhe, em especial:

- (A) Avaliar, trimestralmente, as propostas de lotação das Instituições Federais de Ensino.
- (B) Promover o dimensionamento das necessidades institucionais, com definição de modelos de alocação de vagas que contemplem a diversidade das instituições.
- (C) Examinar os casos omissos referentes ao Plano de Carreira, encaminhando-os à apreciação dos órgãos competentes.
- (D) Fiscalizar a implantação do Incentivo à Qualificação e a efetivação do enquadramento por nível de capacitação.
- (E) Regulamentar o tempo de efetivo exercício no serviço público federal.

25. Conforme regulado pelo Decreto Federal nº 1.171, de 22/06/1994, são deveres fundamentais do servidor público:

- (A) Pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro servidor para o mesmo fim.
- (B) Fazer o uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem.
- (C) Usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material.
- (D) Fazer uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno de seu serviço, em benefício próprio, de parentes, de amigos ou de terceiros.
- (E) Resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações imorais, ilegais ou aéticas e denunciá-las.

26. Na forma da Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021, temos que aqueles cujo modelo de execução contratual exige, entre outros requisitos, que os empregados do contratado fiquem à disposição nas dependências do contratante para a prestação dos serviços, são corretamente chamados de

- (A) serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.
- (B) serviços de engenharia.
- (C) fornecimento e prestação de serviço associado.
- (D) serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.
- (E) contratação por tarefa.

27. Vaticina a Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021, que, a critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos. Assim, caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

- (A) Hipoteca.
- (B) Fiança de empresa codevedora.
- (C) Caução em créditos imobiliários.
- (D) Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.
- (E) Seguro de vida.

28. Diploma a Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021, que constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a seguinte situação:

- (A) Variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços não previstos no próprio contrato; dentre outros.
- (B) Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas; dentre outras.
- (C) Caso fortuito ou força maior, mesmo que não sejam regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato; dentre outros.
- (D) Repetidas suspensões que totalizem 60 (sessenta) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas; dentre outros.
- (E) Necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da Administração, desde que não decorrente de erros ou omissões por parte do contratado.

29. Aduz a Lei Federal nº 8.112, de 11/12/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, serem requisitos básicos para investidura em cargo público:

- (A) O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo; ter vida privada ilibada; dentre outros.
- (B) Aptidão física e mental; o gozo dos direitos políticos; dentre outros.
- (C) O gozo dos direitos políticos; aprovação em teste prático compatível com o cargo; dentre outros.
- (D) A quitação com as obrigações militares e eleitorais; a idade mínima de vinte e um anos; dentre outros.
- (E) Ser brasileiro nato; a quitação com as obrigações militares e eleitorais; dentre outras.

30. Conforme dispõe a Lei Federal nº 8.112, de 11/12/1990, a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica é corretamente chamada de:

- (A) Recondição.
- (B) Reintegração.
- (C) Reversão.
- (D) Aproveitamento.
- (E) Readaptação.

31. Quanto ao Procedimento Administrativo e do Processo Judicial previstos na Lei Federal nº 8.429, de 02/06/1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências:

- (A) É vedada a decretação de indisponibilidade da quantia de até 60 (sessenta) salários mínimos depositados em caderneta de poupança, em outras aplicações financeiras ou em conta corrente.
- (B) A comissão processante dará conhecimento ao Ministério Público da União e ao Tribunal ou Conselho de Contas da existência de procedimento administrativo para apurar a prática de ato de improbidade.
- (C) Somente um servidor público de carreira poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
- (D) Da decisão que deferir ou indeferir a medida relativa à indisponibilidade de bens caberá recurso em sentido estrito, nos termos do Código de Processo Civil vigente.
- (E) Na ação por improbidade administrativa poderá ser formulado, em caráter antecedente ou incidente, pedido de indisponibilidade de bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito.

32. Insta a Constituição da República Federativa do Brasil que é garantido o direito de propriedade; a defesa do consumidor promovida pelo Estado; o respeito à integridade física e moral dos presos; a indenização do condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença; dentre outros. A tais lições chamamos, corretamente, de:

- (A) Objetivos da República Federativa do Brasil.
- (B) Princípios fundamentais.
- (C) Direitos e garantias fundamentais.
- (D) Fundamentos da República Federativa do Brasil.
- (E) Princípios da integração latino-americana.

33. Constitucionalmente, na vigência do estado de sítio, decretado com fundamento no art. 137, I da CFRB/88, só poderão ser tomadas contra as pessoas as medidas corretamente esposadas em:

- (A) A suspensão da liberdade de reunião; requisição de bens; dentre outras medidas.
- (B) A incomunicabilidade dos presos; restrição ao sigilo de comunicação telegráfica e telefônica; dentre outras medidas.
- (C) A obrigação de permanência em localidade determinada; suspensão dos direitos políticos; dentre outras medidas.
- (D) A prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a quinze dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário; bloqueio de sinais de rádio, televisão e Internet; dentre outras medidas.
- (E) Intervenção nas empresas de particulares; toque de recolher; dentre outras medidas.

34. Na forma estrita da CFRB/88, temos que o Presidente da República ficará suspenso de suas funções

- (A) se comprovada a prática de crime hediondo, após a instauração do processo pelo Supremo Tribunal Federal; dentre outras.
- (B) quando decretar estado de defesa, estado de sítio ou intervenção federal, com prejuízo dos ritos constitucionais; dentre outras.
- (C) quando expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos visando interesses particulares; dentre outras.
- (D) nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal; dentre outras.
- (E) quando comprovados atos estranhos ao exercício de suas funções; dentre outras.

35. Balizado pela Lei Federal nº 9.784 de 29/01/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, é impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que

- (A) tenha editado atos de caráter normativo.
- (B) seja a quem caiba a decisão de recursos administrativos.
- (C) tenha ele próprio houver desempenhado qualquer dessas funções ou servido como testemunha.
- (D) tenha dado parte oficial do crime.
- (E) esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro.

36. Define a Lei Federal nº 12.527, de 18/11/2011, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal, que o acesso à informação de que trata a Lei compreende, entre outros, os direitos de obter:

- (A) informação pertinente à administração do patrimônio alheio, utilização de recursos financeiros, licitação e contratos de trabalho.
- (B) informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha cessado.
- (C) informação sobre registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros.
- (D) informação relativa resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, excetuando-se as prestações de contas relativas a exercícios anteriores.
- (E) informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada, independentemente de haver qualquer vínculo com órgãos ou entidades públicas.

37. Tomando por base o prescrito e regulado pela Lei Federal nº 11.091, de 12/01/2005, temos que a partir de 1º de janeiro de 2025, o desenvolvimento do servidor na carreira ocorrerá pela mudança de padrão de vencimento mediante progressão por mérito ou aceleração da progressão por capacitação, assunto sobre o qual podemos destacar, corretamente, apenas o contido em:

- (A) Aceleração da progressão por capacitação é a mudança de nível de capacitação, no mesmo cargo e nível de classificação, decorrente da obtenção pelo servidor de certificação em Programa de capacitação, compatível com o cargo ocupado, o ambiente organizacional e a carga horária mínima exigida, respeitado o interstício de 18 (dezoito) meses, nos termos da tabela constante do Anexo III da própria Lei.
- (B) O servidor que fizer jus à Progressão por Capacitação Profissional será posicionado no nível de capacitação subsequente, no mesmo nível de classificação, em padrão de vencimento na mesma posição relativa a que ocupava anteriormente, mantida a distância entre o padrão que ocupava e o padrão inicial do novo nível de capacitação.
- (C) Na contagem do interstício necessário à progressão por mérito de que trata o art. 10-B, será aproveitado o tempo computado desde a última progressão.
- (D) Progressão por Capacitação Profissional é a mudança de padrão de vencimento, decorrente da obtenção pelo servidor de certificação em programa de capacitação, compatível com o cargo ocupado, respeitado o interstício de cinco anos de efetivo exercício e cumprida a carga horária mínima em ações de desenvolvimento, nos termos do disposto no Anexo III-A da própria Lei.
- (E) Para fins de aceleração da progressão por capacitação, cada evento de capacitação deverá ser computado duas vezes.

38. Conforme vemos na Lei Federal nº 8.429, de 02/06/1992, as condutas de negar publicidade aos atos oficiais, exceto em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado ou de outras hipóteses instituídas em lei; e frustrar, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de concurso público, de chamamento ou de procedimento licitatório, com vistas à obtenção de benefício próprio, direto ou indireto, ou de terceiros, correspondem corretamente a:

- (A) Atos de Improbidade Administrativa que importam enriquecimento ilícito.
- (B) Atos de Improbidade Administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública.
- (C) Atos de Improbidade Administrativa que violam o sigilo funcional.
- (D) Atos de Improbidade Administrativa que descumprem a lei geral de proteção dos dados.
- (E) Atos de Improbidade Administrativa que excedem o estrito cumprimento do dever legal.

39. Diz a Carta Magna que a República Federativa do Brasil se rege nas suas relações internacionais por princípios, dentre os quais podemos assinalar como correto apenas o contido em:

- (A) Garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; dentre outros.
- (B) Repúdio ao terrorismo e ao racismo; cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; dentre outros.
- (C) Construir uma sociedade livre, justa e solidária; o pluralismo político; dentre outros.
- (D) Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; dentre outros.
- (E) Igualdade entre os Estados; a dignidade da pessoa humana; dentre outros.

40. Versa o dígito sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o art. 37, § 4º da Constituição Federal que o sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social, nos termos a própria Lei. Considerando as disposições gerais sobre o tema, está correto apenas o que se afirma em:

- (A) O sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente estão sujeitos apenas à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.
- (B) O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, não afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
- (C) Os atos de improbidade violam a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções e a integridade do patrimônio público e social dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, apenas quando classificados como administração direta, no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
- (D) Configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.
- (E) Para os efeitos da Lei, consideram-se agente público o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, sempre remunerado, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades referidas no art. 1º da própria Lei.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

41. Conforme a Lei nº 9.394/1996 (LDB), a oferta da educação especial deve ocorrer preferencialmente na rede regular de ensino, assegurando o atendimento educacional especializado aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Nesse contexto, é correto afirmar que:

- (A) a oferta da educação especial na rede regular de ensino é condicionada à apresentação de laudo médico e à existência de turmas exclusivas para o atendimento especializado.
- (B) a educação especial deve ser realizada obrigatoriamente em escolas ou classes especializadas, quando o educando não atingir os objetivos mínimos estabelecidos para o ensino regular.
- (C) o atendimento educacional especializado deve ocorrer em caráter complementar ou suplementar, sendo obrigatória a criação de salas multifuncionais nas escolas públicas.
- (D) os serviços de apoio especializado poderão ser prestados de forma concomitante às atividades escolares regulares, visando atender às necessidades específicas do educando.
- (E) a matrícula em classes comuns do ensino regular é vedada para educandos com deficiência que apresentem necessidades educacionais especiais severas.

42. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva estabelece diretrizes fundamentais para garantir a escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no ensino regular. Nesse contexto, os sistemas de ensino devem assegurar a oferta do atendimento educacional especializado (AEE), promovendo condições que favoreçam a inclusão efetiva desses alunos.

Considerando essa perspectiva, assinale a alternativa que apresenta uma ação compatível com os princípios dessa política.

- (A) A organização de turmas exclusivas para alunos com deficiência dentro das escolas regulares, permitindo que recebam um ensino adequado às suas especificidades sem interferência da metodologia do ensino comum.
- (B) A oferta do atendimento educacional especializado no turno oposto ao da escolarização regular, garantindo apoio complementar e recursos acessíveis que eliminem barreiras à aprendizagem e favoreçam a participação desses alunos.
- (C) A exigência de laudo médico como requisito obrigatório para que alunos com deficiência possam ter acesso ao atendimento educacional especializado nas escolas da rede regular de ensino.
- (D) A substituição do ensino comum pelo atendimento educacional especializado para alunos com deficiência que apresentem dificuldades de aprendizagem, assegurando um currículo adaptado exclusivamente às suas necessidades.
- (E) A centralização da oferta do atendimento educacional especializado em instituições específicas de referência, onde os alunos com deficiência possam receber suporte pedagógico especializado antes de serem inseridos no ensino regular.

43. As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos, fixadas pela Resolução nº 7/2010, orientam a construção dos currículos escolares de forma a assegurar a formação integral do educando, considerando as especificidades socioculturais e regionais. Nesse contexto, a articulação entre a base nacional comum e a parte diversificada do currículo deve:

- (A) restringir a parte diversificada aos anos finais, priorizando conteúdos técnicos e voltados à inserção no mundo do trabalho.
- (B) integrar-se de maneira complementar, assegurando a contextualização dos conhecimentos escolares frente às realidades locais, às necessidades dos educandos e às características socioculturais da comunidade.
- (C) permitir a flexibilização da base nacional comum para atendimento às demandas regionais, desde que sem comprometer os conteúdos obrigatórios definidos pela legislação.
- (D) garantir a unidade nacional do currículo, estabelecendo conteúdos homogêneos para todos os sistemas de ensino, sem contemplar as peculiaridades locais.
- (E) estabelecer uma separação rígida entre os conteúdos da base nacional comum e os da parte diversificada, visando à uniformização dos currículos em âmbito nacional.

44. A Lei nº 13.005/2014, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE), prevê diretrizes, metas e estratégias para o desenvolvimento da educação no Brasil. No que diz respeito ao regime de colaboração entre os entes federados na implementação das metas do plano, é correto afirmar que:

- (A) o regime de colaboração prevê a criação de instâncias permanentes de negociação e pactuação entre os entes federados para fortalecer a implementação das políticas educacionais.
- (B) a colaboração entre União, Estados e Municípios é facultativa, dependendo da disponibilidade orçamentária de cada ente federado.
- (C) a execução das metas do PNE deve ser exclusivamente responsabilidade da União, por se tratar de política pública nacional.
- (D) os Municípios devem atuar isoladamente na implementação das metas, considerando apenas suas necessidades locais, sem a necessidade de articulação com os demais entes federados.
- (E) a cooperação entre os entes federados se restringe apenas ao financiamento da educação, não abrangendo outras estratégias de gestão.

45. A organização curricular em uma proposta de Educação Integral busca superar a fragmentação do ensino, promovendo aprendizagens que consideram o desenvolvimento pleno dos estudantes em suas múltiplas dimensões. Para isso, propõe a ampliação do tempo escolar, a diversificação de práticas pedagógicas e a articulação entre conhecimentos acadêmicos e a realidade social dos educandos. Diante dessa perspectiva, a estrutura curricular da Educação Integral se caracteriza por:

- (A) adotar um modelo rígido, no qual todas as escolas seguem um currículo padronizado, independente das especificidades locais.
- (B) priorizar exclusivamente as disciplinas tradicionais, garantindo maior tempo para reforço dos conteúdos básicos, sem integração com outras áreas.
- (C) articular diferentes campos do conhecimento, valorizando as experiências socioculturais e promovendo aprendizagens conectadas ao contexto dos estudantes.
- (D) reduzir a carga horária das disciplinas convencionais para incluir atividades extracurriculares sem relação com o currículo escolar.
- (E) basear-se na repetição e memorização de conteúdos, enfatizando a avaliação tradicional como principal meio de aferição do aprendizado.

46. Uma rede de ensino implementou mudanças curriculares visando à reformulação das práticas pedagógicas e à superação de abordagens educacionais historicamente excludentes. As alterações incluíram a revisão dos materiais didáticos para garantir maior representatividade cultural, a adoção de estratégias interdisciplinares e a capacitação dos docentes para abordar conteúdos que promovam a equidade e o reconhecimento de diferentes matrizes históricas e sociais. No contexto dessa reformulação, a política educacional adotada está fundamentada em diretrizes que:

- (A) propõem a ampliação do repertório cultural dos estudantes, sem comprometer a estrutura curricular vigente, garantindo a neutralidade na abordagem dos conteúdos.
- (B) buscam assegurar a inclusão de perspectivas historicamente marginalizadas, sem alterar os princípios gerais da educação básica, permitindo que cada instituição defina a profundidade do tema conforme sua realidade.
- (C) permitem a flexibilização das diretrizes curriculares, conferindo autonomia às redes de ensino para definir se e como integrar conteúdos relacionados à diversidade étnico-racial no planejamento pedagógico.
- (D) incentivam a revisão do currículo para atender demandas específicas de determinados grupos sociais, promovendo a substituição gradual de conteúdos historicamente consolidados por novas abordagens culturais e identitárias.
- (E) estabelecem a obrigatoriedade da valorização da diversidade étnico-racial no currículo escolar, determinando diretrizes normativas que orientam a construção de práticas pedagógicas voltadas à equidade e ao combate à discriminação.

47. Acerca do Projeto Político-Pedagógico, é correto afirmar que ele é um instrumento de gestão escolar que tem como finalidade:

- (A) promover a transformação institucional e social da escola, por meio de um processo dinâmico, participativo e contínuo, articulando dimensões políticas e pedagógicas em busca da formação cidadã.
- (B) assegurar exclusivamente o cumprimento das normas burocráticas definidas pelos órgãos superiores de ensino, sendo um documento estático, elaborado pela equipe gestora.
- (C) refletir as intenções pedagógicas da escola, sem envolver a participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar, visto que sua construção é responsabilidade exclusiva dos docentes.
- (D) estabelecer planos de ação restritos às atividades pedagógicas em sala de aula, desvinculados das questões sociais e políticas do contexto escolar.
- (E) definir metas pedagógicas de curto prazo, dispensando acompanhamento ou avaliação constante, já que sua implementação é responsabilidade exclusiva da direção escolar.

48. Considerando a formação docente como um processo contínuo que articula a construção da identidade profissional e os saberes da docência, assinale a alternativa correta.

- (A) A formação inicial do professor é essencial, sendo o principal momento de consolidação da identidade profissional, enquanto a formação continuada é um complemento que pode ou não ocorrer ao longo da carreira.
- (B) A identidade profissional docente é construída ao longo da formação inicial e tende a permanecer estável, sendo pouco influenciada pelas experiências cotidianas da prática pedagógica.
- (C) A formação continuada contribui para o aperfeiçoamento da prática docente, possibilitando a reflexão crítica e a adequação às demandas educacionais e sociais que emergem ao longo da carreira.
- (D) A formação docente prioriza o domínio dos conteúdos específicos da disciplina lecionada, sendo as competências pedagógicas desenvolvidas naturalmente durante a experiência em sala de aula.
- (E) A identidade profissional do professor é formada essencialmente a partir de suas experiências pessoais, cabendo à formação inicial fornecer apenas os conhecimentos teóricos necessários à prática educativa.

49. Considerando as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta sobre os direitos fundamentais e as garantias previstas.

- (A) A educação, assegurada como direito fundamental, deve ser promovida pelo Estado e pela família, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, preparo para a cidadania e qualificação para o trabalho, sendo facultado ao poder público intervir nos casos em que a família optar pela não escolarização da criança, em respeito ao princípio da liberdade educativa.
- (B) O direito à convivência familiar e comunitária estende-se às famílias naturais, adotivas e guardiãs, sendo vedado, entretanto, o restabelecimento do poder familiar após a adoção, ainda que haja manifestação expressa da criança ou adolescente em favor do retorno ao convívio com os genitores biológicos.
- (C) A liberdade de expressão é um direito assegurado a crianças e adolescentes, podendo ser exercida livremente em qualquer contexto, inclusive em desacordo com orientações dos responsáveis legais, exceto quando houver ordem judicial específica limitando tal exercício.
- (D) O acesso à saúde é garantido pelo ECA de forma universal e igualitária, cabendo ao Estado adotar políticas públicas específicas para crianças e adolescentes em situação de risco, sem prejuízo da atenção básica às demais crianças, respeitando o princípio da prioridade absoluta.
- (E) A proteção integral prevista no ECA limita-se ao ambiente escolar, sendo responsabilidade primordial das instituições de ensino assegurar a integridade física, psicológica e moral dos estudantes, cabendo ao Estado apenas atuar em caráter suplementar nos casos de violação comprovada desses direitos.

50. A função social da escola é um conceito que transcende a mera instrução acadêmica, envolvendo disputas teóricas sobre seu papel na reprodução ou na transformação das estruturas sociais. Sobre a função social da escola, assinale a alternativa correta.

- (A) A escola é um espaço de transmissão e preservação do conhecimento historicamente acumulado, preparando os indivíduos para atuarem de forma eficiente dentro das normas e expectativas sociais vigentes.
- (B) A principal responsabilidade da escola é garantir a aquisição de competências técnicas e cognitivas que favoreçam a produtividade dos indivíduos e sua inserção no mercado de trabalho em uma sociedade globalizada.
- (C) A escola deve priorizar a universalização do saber científico e das habilidades práticas, garantindo igualdade de acesso ao conhecimento, independentemente de influências sociopolíticas.
- (D) A estrutura educacional deve atuar como um mecanismo de organização social, regulando comportamentos e expectativas para assegurar a estabilidade e a continuidade da sociedade.
- (E) A atuação da escola vai além da simples instrução formal, pois envolve a formação integral do indivíduo, considerando aspectos culturais, sociais e econômicos que influenciam o acesso ao conhecimento e a construção da cidadania.

51. No contexto educacional, a construção do conhecimento ocorre a partir da interação entre diferentes dimensões que influenciam a aprendizagem do estudante. A respeito dessas dimensões, marque a opção correta.

- (A) O processo de ensino-aprendizagem é influenciado por fatores culturais, emocionais e sociais, sendo fundamental considerar o repertório de experiências prévias do estudante na construção do saber.
- (B) A internalização de novos conhecimentos ocorre exclusivamente por meio do processamento lógico e racional das informações, sendo os aspectos emocionais e culturais secundários nesse processo.
- (C) A aprendizagem ocorre de maneira homogênea entre os indivíduos, uma vez que os processos cognitivos são universais e independem das influências do meio social e cultural.
- (D) A interação social e os vínculos afetivos estabelecidos no ambiente escolar podem comprometer o desenvolvimento da autonomia intelectual, sendo recomendável minimizar essas influências no processo educativo.
- (E) A afetividade, enquanto componente do desenvolvimento humano, não interfere na aprendizagem, pois a aquisição do conhecimento é determinada apenas pela capacidade cognitiva do indivíduo.

52. No contexto das instituições educacionais, a articulação entre gestão escolar e projeto pedagógico é essencial para a construção de um ambiente que assegure a equidade, a participação democrática e a melhoria da qualidade do ensino. Considerando as relações entre esses elementos, assinale a alternativa correta que representa uma abordagem alinhada a uma escola comprometida com a inclusão, a promoção da autonomia e a garantia da qualidade social.

- (A) A gestão escolar deve adotar um modelo centralizado, no qual as decisões pedagógicas sejam definidas exclusivamente pela equipe gestora e pelos especialistas em educação, garantindo maior eficiência na implementação das diretrizes institucionais.
- (B) A autonomia da escola na elaboração do projeto pedagógico implica um compromisso com a gestão democrática e a participação coletiva, garantindo que as práticas educacionais sejam orientadas por princípios de equidade, respeito à diversidade e qualidade social do ensino.
- (C) A construção do projeto pedagógico deve estar subordinada às demandas do mercado de trabalho, priorizando a formação técnica e a padronização curricular, ainda que isso limite a participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar.
- (D) A inclusão deve ser compreendida como um princípio restrito à adaptação curricular para estudantes com deficiência, não sendo necessário repensar as práticas pedagógicas e organizacionais para contemplar a diversidade sociocultural do corpo discente.
- (E) A qualidade social da educação pode ser aferida exclusivamente por meio de índices de rendimento acadêmico e avaliações externas, não sendo necessário considerar fatores como inclusão, participação comunitária e formação cidadã no desenvolvimento do projeto pedagógico.

53. A avaliação da aprendizagem, quando concebida de maneira processual e formativa, deve estar alinhada à construção de competências, permitindo ao estudante mobilizar conhecimentos, habilidades e atitudes em diferentes contextos. Considerando esse princípio, assinale a alternativa que expressa uma prática avaliativa coerente com uma abordagem baseada no desenvolvimento de competências.

- (A) A avaliação deve ser predominantemente somativa, priorizando a mensuração quantitativa do desempenho do estudante por meio de testes padronizados, pois somente os resultados objetivos garantem a equidade no julgamento das aprendizagens.
- (B) A aferição das aprendizagens deve centrar-se na reprodução fiel dos conteúdos ministrados, uma vez que a construção de competências ocorre de forma natural após a assimilação do conhecimento teórico formal.
- (C) O planejamento da avaliação deve considerar a diversificação de instrumentos e estratégias, possibilitando a análise do percurso formativo do estudante e a identificação de dificuldades, a fim de subsidiar intervenções pedagógicas adequadas ao seu desenvolvimento.
- (D) A avaliação por competências deve restringir-se à verificação do domínio de habilidades técnicas e específicas, uma vez que aspectos socioemocionais e culturais não são mensuráveis e, portanto, não devem compor os critérios avaliativos.
- (E) A atribuição de notas deve ser o único critério para aferir a aprendizagem, pois indicadores qualitativos podem comprometer a objetividade e a padronização dos resultados, dificultando comparações entre diferentes grupos de estudantes.

54. No contexto da organização do ensino, o planejamento educacional deve considerar múltiplas variáveis institucionais e pedagógicas, garantindo coerência e adaptação às demandas do processo formativo. Diante dessa premissa, marque a alternativa que expressa corretamente o entendimento sobre a função estratégica do planejamento na ação educativa.

- (A) A estruturação pedagógica deve seguir um modelo fixo e previamente estabelecido, pois a estabilidade do planejamento reduz a necessidade de adaptações contínuas e assegura maior controle sobre a execução curricular.
- (B) O planejamento eficiente requer centralização nas instâncias gestoras, evitando interferências do corpo docente e da comunidade, pois a descentralização pode comprometer a uniformidade na aplicação das diretrizes educacionais.
- (C) A flexibilidade no planejamento deve ser evitada, pois mudanças ao longo do período letivo tendem a comprometer a linearidade do ensino e a organização dos conteúdos programáticos, gerando inconsistências pedagógicas.
- (D) A construção do planejamento deve ser contínua e reflexiva, integrando a participação coletiva e permitindo ajustes estruturais para responder às necessidades pedagógicas, institucionais e sociais emergentes ao longo do processo educativo.
- (E) A autonomia docente na elaboração do planejamento deve ser plena, com total independência em relação às diretrizes institucionais, pois a imposição de normativas externas pode limitar a criatividade e a liberdade pedagógica.

55. As práticas administrativas adotadas no ambiente escolar influenciam diretamente a qualidade da educação e a participação da comunidade no processo decisório. Nesse sentido, assinale a alternativa que apresenta um princípio fundamental para a condução da gestão escolar.

- (A) A gestão deve ser conduzida exclusivamente pela equipe diretiva, garantindo maior eficiência administrativa e reduzindo o impacto negativo da participação coletiva, que pode gerar conflitos desnecessários e atrasar a implementação das diretrizes pedagógicas.
- (B) A participação da comunidade escolar nas decisões deve ser apenas formal e limitada a consultas esporádicas, pois a condução estratégica da escola exige expertise técnica, sendo inviável a inclusão de múltiplas perspectivas no processo decisório.
- (C) O modelo administrativo deve ser rigidamente pautado nas normativas superiores, evitando adaptações ao contexto local que possam comprometer a padronização da organização escolar e a coerência dos processos institucionais.
- (D) A eficiência na administração da escola depende da minimização dos processos deliberativos coletivos, visto que a participação ampliada compromete a agilidade das decisões e pode gerar instabilidade organizacional.
- (E) A implementação de espaços de participação ativa de docentes, estudantes, famílias e demais segmentos da comunidade escolar fortalece o processo democrático, possibilita decisões mais representativas e promove o compartilhamento de responsabilidades na gestão escolar.

56. No ordenamento jurídico brasileiro, há dispositivos que estabelecem princípios fundamentais voltados à organização do Estado, aos direitos e garantias individuais, à estrutura federativa e à promoção do bem-estar social. Esses dispositivos orientam políticas públicas e asseguram direitos que visam à construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Com base nessas diretrizes, marque a opção correta.

- (A) A organização político-administrativa do Brasil é centralizada na União, que detém competência exclusiva para legislar sobre todos os assuntos, cabendo aos estados e municípios apenas a execução das normas federais.
- (B) A inviolabilidade dos direitos fundamentais restringe-se aos cidadãos brasileiros natos, não se estendendo aos estrangeiros residentes no país, salvo em casos excepcionais expressamente previstos em tratados internacionais.
- (C) A educação deve ser garantida pelo Estado em colaboração com a iniciativa privada, tendo como um de seus princípios a promoção da cidadania, da diversidade cultural e do respeito aos direitos humanos.
- (D) Os direitos sociais têm caráter programático e sua implementação depende exclusivamente da conveniência dos governantes, não sendo passível de exigência judicial em caso de descumprimento pelo Estado.
- (E) A dignidade da pessoa humana é um princípio aplicável apenas nas relações entre o cidadão e o Estado, não se estendendo às relações privadas, que são reguladas exclusivamente pelo direito civil e comercial.

57. A garantia de equidade no ensino exige mudanças estruturais e pedagógicas que eliminem barreiras e assegurem a participação efetiva de todos os estudantes. As instituições de ensino devem adotar práticas que permitam a aprendizagem em condições justas, sem discriminação ou segregação. Com base nesse contexto, assinale a alternativa que representa corretamente um princípio essencial para a reestruturação educacional.

- (A) A educação deve priorizar o mérito acadêmico, oferecendo adaptações apenas aos estudantes que demonstrarem esforço e capacidade de acompanhar o ensino regular, garantindo que o nível de exigência não seja comprometido.
- (B) A adaptação curricular, a remoção de barreiras arquitetônicas e atitudinais e a formação continuada dos docentes são fundamentais para garantir um ensino acessível, sem comprometer a qualidade e a exigência acadêmica.
- (C) A adequação metodológica deve ser opcional, sendo aplicada apenas quando houver solicitação formal das famílias ou laudo médico, para evitar intervenções desnecessárias na estrutura tradicional do ensino.
- (D) A flexibilização pedagógica compromete a excelência acadêmica, uma vez que modificar estratégias de ensino para atender a diferentes perfis de alunos pode reduzir a competitividade e enfraquecer os critérios de avaliação.
- (E) A segregação é necessária para manter a qualidade do ensino, pois estudantes com demandas específicas aprendem melhor em espaços separados, onde podem receber atendimento especializado sem prejudicar o ritmo da turma.

58. Embora o acesso à educação básica tenha se expandido significativamente, a persistência de elevados índices de não letramento evidencia que o aumento das matrículas, isoladamente, não é suficiente para a efetivação dos processos de ensino-aprendizagem. A superação desse desafio requer a implementação de intervenções que integrem ações pedagógicas, formativas e contextuais, promovendo a reconfiguração dos ambientes educativos.

Assinale a alternativa que apresenta a intervenção mais abrangente e coerente com os preceitos de qualidade e equidade no processo formativo.

- (A) Articular, de maneira integrada, a reestruturação curricular com a formação continuada dos professores, a implementação de práticas de letramento contextualizadas e a adoção de avaliações flexíveis, capazes de considerar as especificidades socioculturais e os saberes prévios dos alunos.
- (B) Implementar políticas de ampliação da infraestrutura escolar e incremento das matrículas, fundamentando-se na premissa de que o acesso ampliado conduzirá automaticamente à melhoria dos processos de letramento, sem a necessidade de adaptações às especificidades regionais.
- (C) Adotar sistemas avaliativos centralizados que enfatizem indicadores quantitativos de desempenho e permanência, direcionando intervenções para a melhoria das taxas de retenção e redução do abandono, sem promover a contextualização dos saberes prévios dos educandos.
- (D) Estabelecer programas regionais seletivos que concentrem esforços em intervenções intensivas — como aulas de reforço e atividades de recuperação — direcionadas exclusivamente às áreas com altos índices de não letramento, sem articular tais iniciativas com a gestão pedagógica e a reconfiguração do currículo.
- (E) Consolidar programas de inovação pedagógica que priorizem a capacitação pontual dos docentes e a introdução intensiva de recursos tecnológicos, partindo do pressuposto de que a digitalização dos processos de ensino suprirá as deficiências decorrentes de contextos adversos, independentemente de ajustes curriculares.

59. Em uma rede municipal de ensino, a implementação de um modelo avaliativo gera divergências entre os gestores educacionais. Enquanto os dados quantitativos indicam avanços significativos nos índices de desempenho acadêmico, os indicadores qualitativos revelam um cenário de insatisfação entre docentes e estudantes, além de baixa participação da comunidade escolar. Paralelamente, algumas unidades com resultados médios em exames padronizados demonstram práticas pedagógicas inovadoras e maior envolvimento dos atores educacionais. Diante desse impasse, torna-se necessário reavaliar os critérios utilizados para interpretar a qualidade do ensino e definir estratégias que conciliem desempenho e engajamento. Nesse contexto, a melhor abordagem seria:

- (A) manter a ênfase nos índices de rendimento acadêmico, pois apenas dados mensuráveis oferecem um parâmetro confiável para decisões educacionais, evitando subjetividades na análise.
- (B) ampliar o escopo da avaliação, incorporando dimensões relacionadas à gestão, ao clima escolar e à participação da comunidade, sem comprometer a comparabilidade dos resultados.
- (C) reduzir a influência dos indicadores qualitativos, visto que percepções subjetivas tendem a distorcer a análise objetiva do desempenho escolar, prejudicando a formulação de políticas públicas eficazes.
- (D) ajustar os critérios de ranqueamento, ponderando os indicadores de desempenho acadêmico para minimizar discrepâncias, sem alterar a estrutura do modelo avaliativo.
- (E) adotar um novo sistema de avaliação baseado exclusivamente na percepção dos agentes educacionais, pois são eles os verdadeiros conhecedores da realidade escolar e suas demandas.

60. Um servidor público, responsável pelo gerenciamento de contratos em um órgão estadual, recebe a visita de um representante de uma empresa contratada, que lhe oferece vantagens indiretas, como o custeio de uma viagem para participação em um congresso internacional. O servidor recusa a oferta, mas não comunica o fato à sua chefia nem às instâncias de controle interno. Algum tempo depois, essa mesma empresa vence uma nova licitação, e a situação chega ao conhecimento da Comissão de Ética do órgão, que inicia uma apuração.

Considerando os princípios que regem a ética na Administração Pública, a conduta do servidor:

- (A) foi adequada, pois a recusa da vantagem indevida demonstra compromisso com a moralidade e a legalidade, não havendo necessidade de reporte formal.
- (B) foi parcialmente correta, pois, embora tenha agido eticamente ao não aceitar a vantagem, deveria ter alertado a empresa sobre a necessidade de conduta íntegra.
- (C) não apresenta qualquer irregularidade, pois a legislação de ética pública não exige que o servidor denuncie tentativas de oferecimento de benefícios indevidos.
- (D) foi inadequada, pois, mesmo recusando a oferta, o servidor deveria ter comunicado o fato às instâncias competentes para garantir a transparência e evitar suspeitas de conivência.
- (E) demonstra um conflito de interesses, pois, ao não relatar o ocorrido, o servidor comprometeu a credibilidade do órgão, devendo ser afastado imediatamente.

61. As decisões tomadas na estruturação das práticas de acompanhamento do desempenho discente impactam diretamente a condução das estratégias pedagógicas. No entanto, quando limitadas à aferição de resultados pontuais, tais práticas tendem a mascarar fatores determinantes para a aprendizagem, dificultando a implementação de ações corretivas eficazes. A superação dessas limitações exige uma abordagem que transcenda a mera verificação de desempenho, incorporando mecanismos capazes de subsidiar ajustes contínuos no processo educativo. Dessa forma, a alternativa que melhor traduz uma concepção alinhada a essa exigência é:

- (A) a adoção de diretrizes que priorizem a quantificação do desempenho discente, garantindo que a análise se baseie em critérios objetivos e uniformes, minimizando variações interpretativas.
- (B) a utilização de procedimentos avaliativos que enfatizem a comparação entre estudantes, possibilitando a segmentação de perfis de aprendizagem e a definição de padrões de excelência acadêmica.
- (C) a implementação de instrumentos capazes de fornecer subsídios diagnósticos contínuos, permitindo a adaptação das estratégias didáticas de acordo com as demandas específicas dos estudantes ao longo do percurso formativo.
- (D) a centralização da aferição nos produtos finais do processo educativo, assegurando a mensuração precisa dos conhecimentos adquiridos e a certificação do cumprimento dos objetivos curriculares.
- (E) a estruturação de um modelo de verificação de desempenho pautado na progressão linear do conhecimento, garantindo que cada etapa do aprendizado seja validada antes da introdução de novos conteúdos.

62. As reformas educacionais implementadas a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 estabeleceram novas diretrizes para a gestão escolar, rompendo com modelos centralizadores e burocráticos que historicamente caracterizavam a administração educacional no Brasil. No contexto dessas mudanças, observa-se que determinadas instituições de ensino adotam práticas organizacionais que promovem a participação coletiva nos processos decisórios, garantindo maior transparência, descentralização e corresponsabilidade. Nesse sentido, a prática descrita reflete princípios de um modelo de gestão que:

- (A) possui caráter normativo, sendo regulamentada por dispositivos legais que asseguram o envolvimento democrático de diferentes segmentos da comunidade escolar na formulação e execução das políticas educacionais.
- (B) se fundamenta em abordagens tecnocráticas, priorizando a tomada de decisões baseada exclusivamente em indicadores de desempenho e na expertise de especialistas externos, com mínima participação da comunidade escolar.
- (C) adota uma perspectiva gerencialista, na qual os processos administrativos e pedagógicos são conduzidos com foco na eficiência operacional, seguindo diretrizes inspiradas em modelos corporativos de administração.
- (D) prioriza a hierarquização das decisões, conferindo maior autonomia aos órgãos centrais da administração educacional, que coordenam e fiscalizam as práticas das unidades escolares para garantir a padronização institucional.
- (E) se estrutura a partir de princípios meritocráticos, nos quais a participação no processo decisório é condicionada ao desempenho individual e à comprovação de competências gerenciais por parte dos envolvidos.

63. A formulação de projetos e programas de pesquisa no âmbito educacional exige um planejamento rigoroso, que envolva definição clara de objetivos, fundamentação teórica consistente e escolha de metodologias adequadas à natureza do problema investigado. Além disso, a avaliação dessas iniciativas deve considerar critérios como relevância científica, impacto social e viabilidade de execução, garantindo que os resultados obtidos sejam coerentes com os objetivos propostos. Nesse contexto, um processo avaliativo que assegure a qualidade e a efetividade de um projeto de pesquisa deve:

- (A) basear-se exclusivamente na aderência metodológica às normas científicas estabelecidas pelos órgãos de fomento, sem considerar a aplicabilidade prática dos resultados.
- (B) priorizar indicadores quantitativos de produtividade acadêmica, como número de publicações e fator de impacto, desconsiderando a relevância social dos achados da pesquisa.
- (C) restringir-se à análise documental do projeto submetido, sem necessidade de acompanhamento das etapas de execução e dos resultados alcançados.
- (D) focar exclusivamente na originalidade do tema de pesquisa, independentemente da clareza dos objetivos, da fundamentação teórica e da adequação dos métodos utilizados.
- (E) adotar uma abordagem holística e sistemática, contemplando aspectos como consistência teórica, adequação metodológica, viabilidade técnica, impacto social e contribuição para o avanço do conhecimento.

64. A avaliação de programas de formação docente é um processo que demanda rigor metodológico e fundamentação teórica, uma vez que visa não apenas aferir impactos, mas também compreender a relação entre processos formativos e a prática profissional dos docentes. Para isso, diferentes modelos de avaliação buscam estabelecer critérios, parâmetros e abordagens que orientem a interpretação dos dados obtidos. Considerando as concepções teóricas e metodológicas da avaliação de programas de formação docente, assinale a alternativa que apresenta uma perspectiva coerente e metodologicamente fundamentada.

- (A) A avaliação de programas de formação docente deve ser estruturada prioritariamente com base na mensuração objetiva do desempenho dos participantes, uma vez que a adoção de métricas quantitativas universais possibilita maior reprodutibilidade dos resultados e comparabilidade entre diferentes contextos formativos.
- (B) A análise da efetividade de um programa de formação docente deve se concentrar na verificação da aderência da prática dos egressos às diretrizes curriculares do programa, pois o impacto da formação só pode ser validado quando há convergência entre a prescrição teórica do curso e sua aplicação no contexto profissional.
- (C) A avaliação de programas de formação docente deve privilegiar a análise longitudinal dos efeitos da capacitação, descartando abordagens que enfatizem medições intermediárias ou evidências perceptivas dos participantes, pois apenas o impacto sustentado ao longo do tempo pode ser considerado um indicativo de êxito formativo.
- (D) A avaliação deve considerar exclusivamente a relação custo-benefício do programa, determinando sua continuidade ou reformulação com base na proporcionalidade entre investimentos realizados e melhorias mensuráveis no desempenho dos docentes, sem a necessidade de explorar dimensões subjetivas da experiência formativa.
- (E) O processo avaliativo deve ser orientado pelo princípio da triangulação metodológica, de modo que a combinação de dados quantitativos e qualitativos permita não apenas aferir a eficácia do programa, mas também interpretar como os processos formativos influenciam a transformação da prática pedagógica e a consolidação da identidade profissional docente.

65. Em uma instituição de ensino, o corpo docente implementou uma prática avaliativa que, além de mensurar o desempenho dos estudantes ao final de cada unidade didática, buscava compreender as dificuldades enfrentadas durante o processo de aprendizagem. Essa abordagem permitiu ajustes contínuos nas estratégias pedagógicas, visando à melhoria contínua do ensino. Considerando as diferentes modalidades de avaliação educacional, a prática descrita exemplifica a:

- (A) avaliação criterial, que verifica se os estudantes atingiram determinados critérios ou padrões de desempenho previamente estabelecidos.
- (B) avaliação normativa, que compara o desempenho dos estudantes com o de seus pares, estabelecendo rankings de desempenho.
- (C) avaliação diagnóstica, aplicada antes do início do processo de ensino, com o objetivo de identificar conhecimentos prévios e possíveis dificuldades dos estudantes.
- (D) avaliação formativa, caracterizada pelo acompanhamento contínuo do processo de aprendizagem, permitindo intervenções pedagógicas durante o percurso educativo.
- (E) avaliação somativa, que se concentra na mensuração do desempenho dos estudantes ao final de um período de ensino, sem foco no processo de aprendizagem.